TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 106ª (CENTÉSIMA SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Agradeço a presença dos Deputados Liliane Roriz, Luzia de Paula, Agaciel Maia e Chico Vigilante.

Convido o Deputado Agaciel Maia a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 105ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz, pela liderança do PRTB.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, meus colegas, o que eu trago nesta tarde já foi motivo de audiência pública, de discussão aqui na Casa, é a questão do museu. Eu conversei com muitos artistas da cidade nesse final de semana e voltei ao museu novamente, tirei muitas fotos. Fiquei perguntando, questionando se os artistas da cidade gostariam que o museu passasse para o Governo Federal ou não. Vejam bem: o que a gente percebe é que há uma grande dúvida, caso esse projeto seja aprovado na Câmara Legislativa, em saber se os artistas da cidade vão continuar sendo contemplados – até mesmo o diretor que está aí, o Barja, tem feito um trabalho, independente de partido, e sempre esteve à frente do museu. Todo mundo sabe que é bem provável que isso ocorra. A outra dúvida é saber se Brasília não será esquecida nos grandes eventos da cidade, no caso do museu, no caso da biblioteca, enfim, de toda aquela área que hoje faz parte da cidade como um grande projeto cultural que existe ali para Brasília.

Então, eu vim trazer isso esta tarde e dizer que tem um descontentamento muito grande, uma dúvida muito grande sobre até onde serão contemplados os artistas da nossa cidade.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputada Liliane, quero acrescentar para V.Exa., porque acho fundamental, que existem dois raciocínios aí. Primeiro, o Governo do Distrito Federal, na pessoa do Governador, quando ele se expressou, principalmente a mim, em relação ao museu, disse que a nossa cultura, os nossos artistas poderiam ficar totalmente tranquilos, porque a gente poderia ceder muitos outros espaços dentro do Distrito Federal para que os nossos artistas pudessem fazer os eventos deles. E que também, Deputada, nenhum prejuízo traria ao Governo do Distrito Federal ou à comunidade de Brasília. Poderíamos ficar totalmente tranquilos em relação a isso, porque o que não se poderia perder, de maneira alguma, seria o acervo do Governo Federal, trazer todos esses investimentos para Brasília e fazer aqui um grande museu, para dar-nos orgulho internacionalmente em nível do que tem fora do Brasil. Ele poderia também ceder vários outros espaços aqui em Brasília, para que a gente pudesse ter mais espaços culturais na nossa cidade.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – É verdade. Mas eu ainda faço questão de dizer aqui e manter a minha insatisfação com essa federalização do Museu de Brasília, uma vez que esse museu foi construído com recursos do Distrito Federal. Eu vou ficar na esperança, quem sabe, de os meus colegas entenderem que isso é mais um patrimônio que nós estamos perdendo, e não teria necessidade nenhuma de abrir mão desse patrimônio cultural da cidade para o Governo Federal, uma vez que ele já tem inúmeros, como o Palácio do Itamaraty, o Palácio da Alvorada e muitos outros monumentos da cidade.

Então, eu ainda vou ficar aqui muito insatisfeita com essa decisão do Governador de fazer isso. Embora a grande maioria da Casa vote a favor da federalização, eu quero aqui deixar o meu descontentamento, a minha indignação e a minha tristeza pelo que vai acontecer.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputada Liliane Roriz, no dia da audiência pública nesta Casa, eu tive oportunidade de apresentar algumas razões favoráveis à federalização. Normalmente, o órgão municipal quer se transformar em órgão estadual, e o estadual quer pertencer à União. Nós temos alguns órgãos em Brasília. O Senado é um exemplo. Temos muitas peças importantes. O próprio nome diz: Museu da República. Então, o próprio nome já diz que é o Museu do País, e não um museu só do Distrito Federal. Existem muitas peças, relíquias aqui em Brasília que precisam de certo grau de segurança, para que elas possam vir a aumentar a frequência, principalmente no Museu Nacional. Eu dei o exemplo do Senado. Nós temos, Deputada Arlete Sampaio, uma placa de ouro de quase dois quilos dentro de um cofre, desses grandes. Poucas pessoas sabem que Rui Barbosa, quando recebeu o título de Águia de Haia, foi representando o Senado, ele era senador. Na volta, os senadores deram uma placa de outro, igual essas placas que hoje nós recebemos de bronze, de quase dois quilos de ouro, um quilo e novecentos, quase dois quilos de ouro. Pouca gente sabe. Eu só fiquei sabendo porque fui diretor da Casa. Logo, não tem condições de expor um negócio daquele sem uma segurança especial. Quando nós trouxemos, Deputado Wasny de Roure, o Museu Imperial, o espadim de D. Pedro I, a coroa de ouro de D. Pedro, tivemos que montar um esquema de segurança especial e fazer um seguro. Então, existem no Banco Central, em várias unidades de Brasília, relíquias que estão escondidas. Várias gerações vão passar sem ter o conhecimento, porque não há essa segurança em nível de museu. Eu acho que o Museu da República foi uma grande iniciativa. Agora, ele precisa ser fomentado mesmo, para que as escolas de Brasília, principalmente as de ensino fundamental e ensino médio, e os visitantes possam visitar dentro de uma estrutura de governo.

No que diz respeito aos recursos humanos, que se aproveite o recurso humano, que é a questão maior que está ligada ao GDF. Que se abra esse mesmo espaço em nível da União, se contemple o recurso humano e se dê uma estrutura, para que esse museu deixe de ser um museu só de Brasília, para ser transformado em um museu do Brasil todo.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Só para registrar, Sr. Presidente, as visitações do museu, de 2011 para cá, foram quase de 2 milhões de pessoas. Este ano não há ainda um número certo, mas o que me consta, o que foi divulgado para mim, foi que já tinham visitado o museu oitocentas pessoas até esta data.

Portanto, o motivo de que não há visitas e não há recursos não cola, não dá para acreditar, pois a gente sabe que a Secretaria de Cultura, hoje, tem disponível mais de 190 milhões. Então, essas duas razões não dá para admitir que sejam fundamentais para um argumento, para que se passe a federalizar o museu.

Eu quero deixar registrada aqui nos anais da Casa minha indignação com relação à transferência do Museu da República para o Governo Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Liliane Roriz.

Convido, nesta oportunidade, para fazer uso da palavra a Deputada Luzia de Paula pela liderança do PEN, por três minutos.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, servidores desta Casa, no dia de ontem, dia 25 de novembro, iniciou-se a Campanha Mundial de Combate à Violência Contra as Mulheres, que se estenderá até o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. A data de 25 de novembro de 1960 ficou conhecida mundialmente por conta do maior ato de violência cometido contra mulheres. As irmãs dominicanas Minerva e Maria Teresa, conhecidas como Las Mariposas, que lutavam por soluções para problemas sociais de seu país, foram perseguidas diversas vezes e presas, até serem brutalmente assassinadas. A partir daí, 25 de novembro passou a ser uma data de grande importância, principalmente para aquelas que sofrem ou já sofreram violência. Violência ocorre nos espaços públicos e privados, e não é só agressão física. É também psicológica e moral. Agressões verbais reduzem a autoestima e fazem as mulheres se sentirem desprezíveis, causam danos à saúde, geram estresse e enfermidades crônicas. A violência interfere na vida, no exercício da cidadania das mulheres e no desenvolvimento da sociedade em suas diversidades. A violência contra as mulheres é uma questão social e de saúde pública, pois revela formas cruéis e perversas de discriminação de gênero, desrespeita a cidadania e os direitos humanos, destrói sonhos e viola a dignidade. Tem se mostrado como a expressão mais clara da desigualdade social, racial e de poder entre homens e mulheres, tornando visível a

opressão social em que se materializa nas marcas físicas e psicológicas ao segmento que perfaz mais da metade da população brasileira. Dia 25 de novembro será um dia importante para manifestar, lembrar, protestar e mobilizar a sociedade e o Estado contra a violência à mulher.

Eu queria aqui destacar, também, como já disse várias vezes, que moro há quarenta anos na maior cidade do Distrito Federal e tenho muito orgulho de morar em Ceilândia, de viver a sua história e de viver o seu dia a dia. Mas, ao mesmo tempo, há algo que me entristece. Hoje, é do conhecimento de todos que também é uma das cidades onde a violência, principalmente a violência doméstica contra as mulheres, soma uma estatística que não me agrada e que me entristece. É uma das cidades que apresenta o maior número de mulheres que sofrem violência, principalmente a violência doméstica. E também nós temos outro agravante. Hoje eu me sinto honrada porque percebo que toda a sociedade se movimenta, a sociedade política. As pessoas perceberam que é importante acabar com uma violência, para que ela não se amplie, é acabar com a falta de creches, é dar oportunidade às mulheres, às famílias de terem um espaço para deixarem os seus meninos. Quando uma mãe levanta cedo e sai de Ceilândia por volta de 4h, 5h para trabalhar no Lago e deixa seus filhos e suas filhas sozinhos... Essa é uma violência, uma violência psicológica, porque toda mãe que sai cedo de casa, não tem onde deixar o seu filho, e só retorna à noite, está sofrendo violência psicológica. Nós temos uma grande esperança, porque o Governador Agnelo Queiroz, o Governo do Distrito Federal... A nossa Presidenta Dilma Rousseff, ontem, em um de seus programas, em um de seus pronunciamentos, colocou, com muita determinação, a questão da política de creches. É uma política que temos que perceber que não é só um direito de pobres a política de creches, o atendimento à criança, o acolhimento de verdade à criança, para que amanhã essa menina que foi acolhida pela creche não seja uma mulher que vá sofrer com a violência.

Sr. Presidente, quero agradecer, mais uma vez, pela oportunidade de estar aqui falando justamente de um assunto para o qual a sociedade tem que acordar e tem que abraçar. Agradeço a todos, principalmente a esta Casa. Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, tive a oportunidade de ouvir, dos quatro Deputados que lá estavam, a defesa desse direito.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Luzia de Paula. Parabéns por essa luta em defesa da criança que V.Exa. desenvolve não só ao longo do seu mandato, mas também ao longo da sua vida.

Concedo a palavra, pela Liderança do PMDB, ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Vice-Líder do PMDB, Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Líder do PV, Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra, pela Liderança do PTdoB, ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo, Líder do Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos, Vice-Líder do Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Deputado Chico Vigilante, é com alegria que vemos que o Governador Agnelo Queiroz começa a mostrar trabalho. Sempre havia uma angústia muito grande dos Deputados da base, Deputada Eliana Pedrosa, em ver que o Governador tinha problemas sérios na comunicação e tinha também, nos dois primeiros anos, dificuldade de colocar obras na rua. Ontem eu participei, junto com V.Exa. lá no Palácio do Buriti, da assinatura de um sistema de saneamento do Distrito Federal que vai receber, Deputada Liliane Roriz, 80 milhões do recurso do PAC, assinatura com a Caixa Econômica Federal, mais 36 milhões, de contrapartida, do Distrito Federal. Então, vão ser 116 milhões que eu passo a detalhar agora algumas informações, que vão atingir 300 mil pessoas. Então, começo dizendo o seguinte: Usamos muito a tribuna para falar dos problemas existentes no Distrito Federal, mas também precisamos usar para falar das conquistas.

Foi assinado ontem um contrato de financiamento entre o GDF e a Caixa Econômica Federal que beneficiará 300 mil pessoas. A assinatura do contrato proporcionará a implantação do sistema de esgoto em várias regiões. Serão financiados pela Caixa Econômica Federal 80 milhões e, com a contrapartida de 36 milhões da Caesb, o investimento totalizará 116 milhões.

O Governador Agnelo Queiroz anunciou que será ampliada a cobertura do sistema de esgotamento do DF, atendendo inclusive a áreas antigas que não tinham esse sistema. Isso nos colocará em uma posição destacada no Brasil. A meta é chegar a 100% de saneamento. A verba está dividida entre quatro contratos: dois deles previstos para serem licitados agora em dezembro deste ano, e os demais até fevereiro de 2014, com um prazo de dois anos de execução, em condomínios no Lago Sul, Sobradinho, Águas Claras, Paranoá, Itapoã e Park Way.

Segundo o Presidente da Caesb, Célio Biavati, a expectativa é de que, em 2015, os moradores das regiões atendidas comecem a utilizar o novo sistema de esgoto. A medida colocará a Capital do País como uma das unidades da Federação com o melhor saneamento básico do País. As obras de saneamento foram previstas pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC II, do Governo Federal, para

atender as áreas do DF, por meio do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal.

Em Sobradinho, além da implantação do sistema de saneamento, os moradores terão sua Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) ampliada, com novas unidades de decantações primárias e secundárias e de digestores de lodo, entre outras mudanças. Ao todo, 255 mil pessoas serão atendidas com essa medida. O investimento será de 28,4 milhões: 16 milhões financiados pela Caixa e 12 milhões, de contrapartida, da Caesb. A previsão é de que o edital de financiamento seja publicado até fevereiro de 2014.

São as regiões contempladas: Setor de Mansões Park Way: quadras 1 a 5 (12.455 habitantes/ 3.450 ligações); Colônia Agrícola Águas Claras: (7.586 habitantes/ 2.101 ligações); Vila IAPI: (2.209 habitantes/ 611 ligações); Colônia Agrícola Bernardo Sayão: (1.960 habitantes/ 542 ligações); Lago Sul: Setor de Mansões Dom Bosco e região de chácaras das QIs 23 e 25 (11.794 habitantes/2.948 ligações), além de ramais condominiais e redes coletoras; Sobradinho: Polo Comercial e Residencial Misto da Fazenda Paranoazinho, Condomínio Alto da Bela Vista, Comunidade Rabelo (área de interesse social – ARIS), Zona Central de Sobradinho, Setor Habitacional Boa Vista, Condomínio Bela Vista e Expansão do Setor Habitacional Contagem (255 mil habitantes); Paranoá e Itapoã: Condomínios La Font, Mansões Entrelagos e Novo Horizonte (11.750 habitantes/3.357 ligações).

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, todos que acompanham esta sessão, eu trago hoje dois temas aqui. Um, vale a pena nós mencionarmos, é uma congratulação. Eu queria me congratular com as escolas que tiveram um bom aproveitamento no Enem de 2012. Hoje começaram a sair os resultados. Eu queria parabenizar as vinte primeiras: Galois, Colégio Pódion, Sigma Asa Norte, Sigma, Sagrado Coração de Maria, Leonardo da Vinci Taguatinga, Centro Educacional Candanguinho, Leonardo da Vinci Asa Norte, Leonardo de Vinci, Maristão, Colégio Militar de Brasília, Instei, Colégio Marista João Paulo II, Madre Carmem Salles, Ciman, Colégio Presbiteriano Mackenzie, Centro Educacional Católica, Centro Educacional Maria Auxiliadora, Colégio Militar Dom Pedro II e Sigma Águas Claras. Sentimos falta e nos ressentimos de as escolas públicas não serem bem avaliadas. Mas, de qualquer maneira, temos o Colégio Militar de Brasília e o Colégio Militar Dom Pedro II. Obviamente nós temos que render homenagem a esses colégios. O colégio melhor avaliado da rede pública é o Centro Médio Integrado do Gama. Eu quero parabenizar todos os professores, os coordenadores pedagógicos, direção, os administrativos e os alunos desse colégio. Parabéns! Ficaram em 58° lugar na prova do Enem. Eu quero mostrar uma relação

que considero muito importante. É um colégio que tem curso técnico e é integral. Mostramos que, quando os nossos alunos de ensino médio veem uma aplicação, sentem que estão estudando e, ao mesmo tempo, formando-se profissionais, eles respondem muito bem. Fica aí mais um indicativo de que não podemos deixar os nossos cursos de ensino médio sem levarmos essa perspectiva de uma formação profissional para os nossos alunos. Quando isso acontece, naturalmente eles se interessam mais, há menos evasão e mais participação, e isso se reflete nas notas, como vimos aqui as apresentadas pelo Centro de Ensino Médio Delta.

Fazendo um *link* com a educação ainda, eu quero dizer que haverá amanhã as eleições de diretores de escola. Nós votamos, no ano passado, a gestão democrática. Como fazer uma gestão democrática sem recursos financeiros? Até hoje, só 20% do PDAF foi liberado para as escolas. Ou seja, como as direções de escolas e como os conselhos escolares conseguirão trabalhar as necessidades do dia a dia da escola sem o PDAF? Já estamos no final de novembro, só tem mais o mês de dezembro, e somente 20% foram liberados. Lembro-me de que o governo anunciava, no início do ano, que estava liberando todos os recursos do PDAF. É impossível se pensar que podemos pedir que nossas escolas funcionem bem e que a gestão democrática se considere instalada sem que as escolas recebam esses recursos. O que ficamos pensando? Que o governo quer que dê errado, talvez para, nessa eleição, colocar nomes que não sejam aqueles que expressam a vontade de suas comunidades. Eu fico realmente indignada quando vejo isso, mas também há outro motivo de indignação.

Hoje, Deputado Aylton Gomes, amanhecemos com a notícia de que não havia mais dinheiro para o atendimento de saúde de nossos policiais militares. Vejam bem: aqueles que cuidam da gente, que zelam pela nossa segurança, que enfrentam a bandidagem e correm o risco de levarem um tiro, Deputado Agaciel Maia, não têm atendimento médico a partir deste ano, porque não há dinheiro. Eu tive a preocupação de ir ao Fundo de Saúde da Polícia Militar para ver o que estava acontecendo. Tínhamos, até outubro, os recursos para se fazer o atendimento médico dos policiais militares, e, no dia 31 de outubro, empenharam-se todos os recursos. O interessante é que só dois desses empenhos vão para hospitais favorecidos; o resto é o fundo empenhando ao fundo, quer dizer, uma caixa preta. Não sabemos o que está acontecendo. Então, temos de ver esse problema sob a seguinte ótica: primeiro, não pode ser caixa preta. Temos de entender por que o fundo empenhou para o fundo e, de repente, acabou com todo o dinheiro. O dinheiro está todo empenhado, não foi utilizado, zero de utilização, não há pagamento, mas a maior parte está empenhado ao fundo, à exceção de R$ 3.000.600, que estão empenhados para hospitais; o resto, não sabemos para onde está indo. Agora, mesmo que não houvesse recurso, os policiais militares, pelo risco de vida que passam, pelo *stress* que passam, devem ter a tranquilidade de que possuirão atendimento médico, como também seus familiares. Eu não aceito isso. Penso que a Câmara Legislativa, a Comissão de Segurança, a Comissão de Educação,

Saúde e Cultura têm de pedir explicação sobre esses números, saber efetivamente o que está acontecendo e pedir uma providência concreta e urgente com relação ao atendimento médico dos nossos policiais militares. Estamos vendo problemas de segurança a toda hora. E o que nós temos? Não temos nenhum carinho e nenhum cuidado com os nossos policiais militares. Está certo isso? Não está certo. Não é assim que vamos resolver o problema de segurança do Distrito Federal e, principalmente, não é esse o cuidado, o carinho e o respeito que devemos ter por esses profissionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle ou à Deputada Celina Leão pela Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Deputada Eliana Pedrosa, Deputada Liliane Roriz, Deputada Arlete Sampaio, Sras. e Srs. Parlamentares, todos sabem aqui que fiz um trabalho durante dois anos na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. O que nos deixa chocados é a condição hoje, não só no Distrito Federal, Deputado Aylton Gomes, mas em todo nosso País, da população carcerária. Tenho um pensamento que deve ser um desafio para todo o nosso País: enquanto não conseguirmos colocar toda a mão de obra da população carcerária para trabalhar, não conseguiremos mudar hoje a condição do sistema prisional. Deputada Arlete Sampaio, a grande mídia vem noticiando a prisão dos mensaleiros, e há muitas coisas que estão sendo questionadas, Deputado Olair Francisco. Mas são coisas que tenho falado aqui há dois anos. Falei continuadamente, por dois anos, sobre a situação do nosso sistema prisional, e é muito triste que só em um momento como esse queiramos perceber essa situação da massa carcerária de uma forma diferente. É engraçado, Deputado Aylton Gomes, que eu continue fazendo o atendimento nessas áreas, mas as pessoas criam vínculo conosco. Tenho continuado a atender as famílias das pessoas que estão presas, e existe, Deputado Aylton Gomes, uma grande revolta e um grande temor também. Hoje, Deputada Liliane Roriz, temos o CIR – Centro de Internamento e Reeducação no sistema da Papuda, onde ficam todos os presos que teriam direito ao sistema semiaberto. Houve algumas falas aqui que, talvez por não conhecerem o sistema por dentro ou o dia a dia da população carcerária, tiveram interpretações erradas. Hoje temos mais de 2 mil homens classificados como semiabertos e cumprindo regime fechado, Deputada Arlete Sampaio, e isso é uma injustiça. O Estado tem que ter um olhar diferenciado. É engraçado, porque percebemos o grito de alguns companheiros que estão cumprindo o regime fechado e deveriam estar cumprindo o regime semiaberto. Só que temos 2 mil homens na mesma situação há anos, que poderiam estar cumprindo regime semiaberto e não cumprem, porque o Estado não deu as condições. A condição para cumprir a pena é o Estado que tem de dar. É uma possibilidade, Deputada Liliane

Roriz, de se cumprir um regime no sistema semiaberto, mas, se o Estado não condiciona isso, você é obrigado a cumprir o regime fechado. A comissão que recebi hoje no meu gabinete diz: "Deputada, será que é preciso que as grandes autoridades do País vivam o nosso dia a dia para perceberem que estamos vivendo essa situação há muitos anos?" Temos, Deputado Aylton Gomes, pessoas do sistema prisional que passam mal e não têm sequer atendimento. Eu, na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, fazia pedido para a Secretaria de Saúde de gente que estava com hérnia estourada e não conseguia operar. Cabe, então, a nós, a este Poder, ao nosso Estado, a este País, uma reflexão. Não nos adianta manter um sistema prisional de depósito de homens e mulheres. A prisão dos mensaleiros revela como está o sistema hoje, e fica esta grande indignação: será que vamos ter de acabar com as escolas particulares, com os hospitais públicos, para mudarmos este País? Porque, quando todo mundo tem acesso ao mesmo sistema, ele tem que ter uma diferenciação. Quero falar hoje em nome das famílias que estão lá, reivindicando também um tratamento isonômico para a população carcerária. Ninguém quer injustiça para ninguém, nem para político nem para os sem-padrinhos que estão lá, há muitos anos, esperando um regime semiaberto, que o Estado não consegue lhes possibilitar. Deixo essa reflexão aqui. Esse é um exemplo do caos do nosso sistema prisional, mas temos vários outros: a falta de acesso ao trabalho, a alimentação... Será que vamos conseguir derrubar a máfia das quentinhas? Uma marmita de péssima qualidade é quase dez reais, Deputado Joe Valle. Por que essa população carcerária não faz a alimentação? Eles querem. Talvez seja o momento de um grande debate, de uma grande revolução do sistema prisional. Vamos aproveitar que os holofotes estão virados para ter algo de real, um benefício também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de justificar a ausência do Líder do PTB, Deputado Cristiano Araújo, que, neste momento, se encontra em São Paulo, no Hospital Sírio Libanês, acompanhando seu pai.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Washington Mesquita, eu já havia dado essa informação, mas agradeço a V.Exa.

Deputado Aylton Gomes, como a Liderança de V.Exa. já havia sido chamada, quando as chamadas se concluírem, retornarei a sua pessoa.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, boa tarde. Eu queria comentar três tópicos que foram abordados e depois fazer à Mesa um pedido de inclusão de alguns projetos de lei na pauta.

O primeiro comentário diz respeito ao Museu Nacional Honestino Guimarães. Devo reconhecer que coube ao ex-Governador Joaquim Roriz a construção daquele complexo cultural. Entretanto, tanto o museu quanto a Biblioteca Nacional não tinham qualquer projeto para ocupação. Não havia um único livro dentro da Biblioteca Nacional nem um único quadro dentro do Museu da República quando houve a ascensão deste governo. Quanto à biblioteca, quero me felicitar, até porque fui autora de uma emenda que permitiu a aquisição de 7.800 livros. Quanto ao museu, houve o aproveitamento de um acervo importante do GDF, que hoje soma algo próximo a 2 mil quadros de diversos autores, inclusive quadros que foram reivindicados pela Secretaria de Cultura do acervo apreendido de Escobar, aquele traficante da Colômbia que tinha o bom gosto de comprar bons quadros. Esse acervo hoje está sob a guarda da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, que representa artistas fantásticos do nosso País. É preciso convir que ter em Brasília um museu que possa expor Volpi, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral e tantos outros grandes artistas brasileiros é um privilégio para a população do Distrito Federal. Pois bem, esse acervo encontra-se hoje guardado de forma absolutamente inapropriada, por vários órgãos, entre eles, o Banco Central, o Banco do Brasil e diversas estatais. Entretanto, não é permitido ao povo de Brasília usufruir da sua visualização. A possibilidade de esse museu ser federalizado – e é um projeto em que o GDF repassa, por dez anos, à União a possibilidade de gerenciar o museu – coloca em regime permanente esses quadros, que serão vistos por todos nós e por todos os turistas de Brasília. Se hoje já temos a segunda maior visitação de museu do País, com certeza, com a formalização do Museu Nacional Honestino Guimarães, desses acervos que estão hoje em vários órgãos do Governo Federal, com certeza, essa visitação será ainda maior, porque virão pessoas não apenas do País, como também de fora, para ver Volpi, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral e tantos outros grandes artistas brasileiros.

Lembro que, quando ganhamos as eleições em Brasília e assumimos o governo, em 1995, consegui resgatar da garagem do Palácio do Buriti um Iberê Camargo – pasmem os senhores –, que ficou na minha sala até que o MAB – Museu de Arte de Brasília tivesse as condições mínimas para que ele pudesse ir para lá, e evidentemente, meritamente, eu cedi, porque não era meu, não era da vice-governadoria, e deveria ser da população de Brasília a possibilidade de sua visitação. Montar um museu com a qualidade que precisa ser montado para receber esse acervo exige primeiro que todas as obras sejam seguradas, o que não é barato. Exige que o museu seja climatizado e tenha a iluminação adequada para que esses quadros possam ser apreciados pela população. São custos significativos que a União pretende desembolsar, para que nós, habitantes do Distrito Federal, possamos visualizar esses quadros. Ocorre o seguinte: para onde vão os quadros do nosso

acervo próprio? Eles vão para o Museu de Arte de Brasília, que será revigorado, reconstituído para que possa receber esses quadros, inclusive aquele Iberê Camargo que estava na minha sala e que se encontra hoje em algum lugar não sabido do nosso Distrito Federal. Espero que seja localizado, porque ele é valiosíssimo.

A segunda questão que eu quero falar é elogiar o discurso da Deputada Luzia de Paula, lembrando que nós estamos, de fato, entrando na Semana de Combate à Violência Contra a Mulher, semana que é propugnada pelo CEDAW – Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women. Lembro que, no dia 5 de dezembro, na abertura dos trabalhos aqui na Casa, da sessão, nós teremos o lançamento da Campanha do Laço Branco, que é justamente a participação de Brasília nesse grande evento mundial, que é a luta contra a violência sobre as mulheres.

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero pedir a V.Exa. que sejam colocados como extrapauta na sessão de hoje os seguintes projetos: o Projeto de Lei Complementar nº 81, de 2013; o Projeto de Lei nº 1.716, de 2013; a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 46, de 2012; o Processo nº 48, de 2013; e também o Projeto de Lei nº 1.641, de 2013. Que nós possamos apreciá-los na data de hoje em conjunto com os outros projetos de lei que a Mesa vai divulgar, entre eles os dois PDLs que estão na Ordem do Dia, nos itens 102 e 103 da pauta, que são os PDLs nºs 232 e 233, de 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, pela liderança do Bloco PT/PRB.

Antes de o Deputado Chico Vigilante fazer uso da palavra, em função da audiência pública da Luos que vai ocorrer no dia de hoje – nós já temos *quorum* –, eu gostaria de fazer a solicitação de suspendermos as falações de Deputados para irmos direto à apreciação das matérias. A pauta é bastante grande. Eu pediria a compreensão dos colegas Deputados, para que não comprometêssemos o horário de funcionamento da audiência pública da Luos.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de uma pequena fala nos Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu insisto, ainda, com o pedido de colaboração dos Deputados, em função da audiência pública que nós teremos hoje na cidade de Planaltina.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco Parlamentar PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos vivendo no dia de hoje uma greve de 100% dos rodoviários do Distrito Federal. Todos nós sabemos o quanto foi difícil para o Governador Agnelo, juntamente com o Vice-Governador Tadeu Filippelli, enfrentar o cartel, os tubarões do transporte do Distrito Federal e implementar a histórica licitação do sistema de transporte do Distrito Federal. Uma das maiores licitações. Faz 52 anos que esse sistema existe e nunca alguém teve a coragem de implementar uma licitação como essa. O governo do nosso companheiro Agnelo Queiroz teve a coragem de fazer essa licitação e essa Câmara Legislativa ofereceu os mecanismos capazes para que ela se realizasse. Primeiro, aprovando aqui o Plano Diretor do Transporte Público, depois aprovando uma lei que autoriza o Governo do Distrito Federal pagar em parte o direito dos rodoviários, e depois cobrar das empresas. O que fez o Ministério Público do Distrito Federal, que ficou 52 anos assistindo a essa verdadeira tirania contra os trabalhadores e os usuários do transporte público sem fazer nada? Na hora em que o governo resolve peitar e fazer, querem agora atrapalhar, entrando com um pedido de inconstitucionalidade da lei aprovada por esta Câmara. Portanto, eu espero que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal – não tenho dúvida disso – dê guarida à nossa lei, no sentido de que ela é legal e que nós não estamos tirando dinheiro público, desperdiçando dinheiro público. Isso tem que ficar absolutamente claro. Portanto, esse é o primeiro ponto. O governo tem o nosso apoio, os rodoviários têm o nosso apoio. Essa questão que estão falando de que é dinheiro público que está sendo retirado para área privada não é verdade. Portanto, isso tem que ficar absolutamente claro.

Há um segundo ponto que eu quero abordar, Sr. Presidente. Todos nós acompanhamos a questão das denúncias feitas contra o Governador Agnelo. S.Exa. respondeu uma por uma, ofereceu o seu sigilo bancário e fiscal. Investigaram durante dez meses, não encontraram absolutamente nada! Portanto, qual a notícia que teria que ser dada? "Investigamos durante dez meses e não encontramos nada". Mas o que fizeram? Em função de não terem encontrado nada e antes de divulgarem que não tinham encontrado nada, disseram que iriam quebrar o sigilo da esposa do Governador, atacando diretamente a família. Isso é um absurdo! Este País não pode continuar sendo essa república dos promotores, que acham que podem tudo. Eles não podem tudo. A honra e a dignidade das pessoas precisam ser respeitadas. Repito: não encontraram absolutamente nada contra o Governador do Distrito Federal. Ao invés de terem dito que não encontraram nada com relação ao Governador do Distrito Federal, vão fazer esse factóide que é dizer que estão quebrando o sigilo da primeira-dama, a nossa companheira Ilza Queiroz. Não vão encontrar nada porque não tem nada que desabone as contas da Dra. Ilza Queiroz. Fica aqui a minha solidariedade a essa senhora que tem respondido com altivez aos ataques que são feitos contra ela.

Por último, eu conversei hoje com o Governador sobre essa história do plano de saúde dos policiais militares. Sei que o Deputado Patrício aqui representa muito bem os policiais militares, mas posso assegurar, pelo que conversei com o Governador Agnelo, que nada vai impedir que os policiais militares continuem tendo o atendimento. Portanto é a garantia que o Governador Agnelo dá de que os policiais continuarão tendo os seus atendimentos de saúde. Não vai haver nenhum prejuízo para os militares do Distrito Federal.

DEPUTADO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Entrando na fala do Deputado Chico Vigilante, até porque a Deputada Eliana Pedrosa também já fez o pronunciamento, eu só queria falar a respeito da situação dos policiais e dos bombeiros militares. Eu vou sair por quinze minutos e volto para a votação aqui no plenário. Vou abrir mão da minha falação como Parlamentar.

Na verdade, foram tirados 49 milhões do pagamento da assistência de saúde dos policiais e bombeiros militares. E desde ontem eles estão sem atendimento, inclusive passando pelo constrangimento de chegarem aos hospitais, às clínicas com seus familiares, à emergência e terem a notícia de que foi cancelado esse atendimento. Foram tirados 49 milhões e essa retirada, esse contingenciamento foi feito pelo governo, mas isso não se faz sem passar pela Câmara Legislativa. Então, é importante – vou falar com a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Chico Vigilante já falou, eu estava conversando com o Deputado Aylton Gomes aqui – que todos os Parlamentares tenham essa preocupação. V.Exa., inclusive, sempre defendeu os policiais e bombeiros militares não só aqui na Casa, mas também nos dois mandatos de Deputado Federal no Congresso Nacional. É importante que encontremos junto com o Governador, o Secretário de Administração e o comando da Polícia Militar uma solução para esse problema até no máximo sexta-feira. Não dá para os policiais ficarem nessa situação. E eu quero, inclusive, solicitar ao Governador Agnelo Queiroz, com todo o respeito, é claro, que ele pergunte ao Secretário se isso não foi uma retaliação em função do movimento da assembleia dos policiais que houve no dia 13 e da operação-tartaruga que eles estão realizando. Até porque, Deputado Aylton Gomes, todos os segmentos profissionais tiveram a reestruturação de carreira aqui na Câmara Legislativa, e V.Exa., Deputado Wasny de Roure, conduziu esse processo. Então, não é justo que esses profissionais, policiais e bombeiros militares, não tenham a reestruturação que eles anseiam desde o início do ano. Espero que o governo corrija essa questão da saúde, que isso não tenha sido uma retaliação e que o governo encaminhe a reestruturação da carreira desses profissionais de uma vez por todas. Espero que V.Exa., como Presidente desta Casa, assuma essa liderança e pergunte ao secretário e ao Governador a fim de que possamos juntos resolver essa situação que hoje recai sobre os policiais e os bombeiros militares do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Patrício. O último inscrito nos Comunicados de Líderes é o Deputado Aylton Gomes, a quem concedo a palavra por cinco minutos.

DEPUTADO AYLTON GOMES (Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Antes de mais nada, quero agradecer a Deus e parabenizar os nobres pares, a nossa imprensa querida e o meu Presidente. Também quero parabenizar os Deputados Patrício, Chico Vigilante, Eliana Pedrosa, todos os que vêm aqui e falam pelo bombeiro e pelo policial militar, que reivindicam, que trazem uma insatisfação daquilo que está acontecendo. Eu estou aqui para reiterar. Tenho um amigo policial militar, cujo filho estava internado com câncer, que passou o constrangimento de ter o seu plano de saúde suspenso durante o tratamento de seu filho. Quero acreditar que o governo não sabia disso. Sabemos que a equipe do governo é muito grande. Então, acredito que o Governador não estava sabendo, e peço a S.Exa. que, nas próximas horas, corrija essa falha para que o bombeiro e o policial militar tenham o atendimento hospitalar que lhe são peculiares. É preciso que aqueles que diuturnamente dão as suas vidas em defesa do próximo e da sociedade tenham o carinho do Estado e do governo no atendimento, principalmente na questão da saúde da sua família. Estou engajado nessa luta para que o Governador reveja esse posicionamento e, o quanto antes, junto aos seus comandos, possa oferecer o tratamento de saúde adequado a essa categoria.

Sr. Presidente, uma das pautas que me traz aqui hoje à tarde é que estamos na Semana Nacional do Doador de Sangue, e, como Parlamentar e bombeiro, venho lutar por esta causa. Há muitos anos, desde que entrei nesta Casa em 2007, Deputado Chico Vigilante, levanto esta bandeira juntamente com outros Deputados, como a Deputada Arlete Sampaio, que também tem a bandeira da doação de sangue. Como bombeiro, sou doador durante toda a minha vida e venho aqui conclamar esta Casa para que some ao hemocentro, pois, segundo fonte do Núcleo de Captação de Doadores do Hemocentro, o ideal é que haja 250 candidatos à doação por dia. Todos sabem que o final de ano é um período de festas e férias, o que aumenta a necessidade de mais doadores. Para se ter uma ideia, somente no feriado da Proclamação da República, foram registrados, em todo o Brasil, cerca de 2,2 mil acidentes com 101 mortes. (Fonte: Jornal de Brasília) A Embaixada Ativistas pela Paz, com o apoio do Hemocentro, está em campanha para a doação voluntária de sangue. E hoje venho convidar as Sras. e os Srs. Deputados, servidores e visitantes desta Casa para que nos organizemos na sensibilização e captação de novos doadores. A cada dia o Hemocentro conclama novos doadores. Tem os doadores constantes, mas temos a cada dia que nos somar a esta campanha, que é uma campanha para salvar vidas.

Convidamos também toda a sociedade civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, do qual faço parte e que está passando por este momento de não ter

atendimento nos hospitais – mas, podem ter certeza, isso será corrigido o quanto antes, pois levantaremos a bandeira –, para que se unam a esta campanha. Certamente, o Deputado Rôney Nemer, que é um doador, fará parte desta campanha também. Cabe relembrar que uma doação pode ajudar a salvar até quatro vidas. Doar sangue é um gesto de amor. Espero que, nesta semana da campanha do doador de sangue, aquele que está com sua saúde e com seu calendário de doação em dia aproveite e procure o próprio Hemocentro ou um hospital de doação mais próximo da sua residência para que possamos salvar vidas. Lembremos: um doador pode salvar até quatro vidas. Que Deus abençoe todos os doadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Parabéns, Deputado Aylton Gomes, por esse oportuno debate que V.Exa. traz a esta Casa e à sociedade do Distrito Federal.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

A Presidência solicita que sejamos o mais objetivo em face de já haver *quorum* para votarmos.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a todos os Deputados. Já são 17h40min. Os Deputados que puderem abrir mão de sua falação que o façam, para que nós possamos votar. Lembro que vários Parlamentares terão de sair para a audiência pública da Luos. Portanto, restará pouco tempo para que possamos aprovar aqui os projetos que foram definidos pelo Colégio de Líderes. Então, é um apelo que faço para que possamos entrar imediatamente, já que há *quorum* no momento, na Ordem do Dia, para apreciar a pauta de votação.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Vou falar rapidamente, Deputada Arlete Sampaio. Quero só para aproveitar para tecer algumas considerações sobre o acervo que está à disposição do Governo Federal e que se pretende colocar no Museu Nacional. Quero dizer que o Distrito Federal é a unidade da Federação que tem o maior orçamento *per capita*. Portanto, muito nos espanta saber que teria dificuldade para fazer a manutenção desse acervo, como também todos nós conhecemos que, mediante um convênio, esse acervo poderia ser colocado aqui no museu, sem nenhum problema. Acho que a

questão não é essa. A questão – parece-me – é que ainda não está claro o motivo pelo qual queremos passar a administração do nosso museu para o Governo Federal. Acho que nós não podemos abrir mão, mesmo porque temos essa condição orçamentária. O orçamento do Distrito Federal vem crescendo acima da inflação, como nós vimos neste ano. Portanto, não temos nenhuma justificativa plausível para isso. Se houver, eu até gostaria de conhecer, porque sou uma pessoa que trabalho muito de forma técnica, querendo conhecer as motivações reais. Portanto, faço um contraponto à sua fala, dizendo que ela não explica os motivos pelos quais o museu estaria passando para a área federal, porque falta de recursos orçamentários não é o caso, como também não há nenhuma impossibilidade de acervos de outros estados, até mesmo do Governo Federal, ficarem temporariamente, ou por um período que o Governo Federal achar necessário, aos cuidados de uma curadoria aqui do Distrito Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de completar a fala da Deputada Eliana Pedrosa. Eu e a Deputada Liliane Roriz fizemos aqui uma audiência pública sobre a questão do museu. O ruim de tudo isso é que a fala do Executivo local não bate com a fala do Executivo Federal, porque o Executivo local coloca que lá poderá ser um depósito, sim, de grandes obras primas, e o Executivo Federal diz que não, que vai ser um museu itinerante, para receber várias obras passando de uma forma rápida. Houve duas falas que nos preocuparam, a mim e à Deputada Liliane Roriz, inclusive a falta de comunicação do Governo local com o Governo Federal sobre a questão do museu. Então, há uma preocupação, porque o Ângelo, que é o gestor dos museus nacionais, disse que o nome era Museu Nacional da República, por isso que a Presidenta Dilma fazia tanta questão. Aí, no dia, eu cheguei a colocar: "Se for esse o motivo, leva o Estádio Nacional Mané Garrincha, porque o uso daquele estádio vai sair dos cofres públicos. A manutenção é de quase 1 milhão de reais por mês". Então, se é devido à nomenclatura, que é nacional, que a Dilma gostaria de ter aquilo sob a gestão do Governo Federal, acho que esse não é o argumento, porque hoje, Deputada Luzia de Paula, se formos ver com a população de Brasília quem tem acesso realmente ao Museu Nacional e ao Estádio Mané Garrincha, a população tem acesso ao museu, mas ao estádio, não. É uma pequena parcela da população que tem acesso ao Estádio Nacional. Então, se for isso, em termos de livrar o estádio do ônus pesado, que a Dilma leve o Estádio Nacional Mané Garrincha para a gestão dela. Porque só a manutenção daquele elefante branco vai sair muito caro aos cofres públicos, e não tem retorno para a população, pois ela tem de pagar todas as vezes

que ela entrar no Estádio Nacional. Portanto, eu queria colocar essa questão, que eu acho importante a gente debater.

Eu queria aproveitar também, Deputada Liliane Roriz, para dizer que foi aniversário de 5 anos do Grupo G15, um grupo de *networking* que faz um trabalho maravilhoso pelo Distrito Federal. É um trabalho da iniciativa privada, que faz trabalhos sociais sem um tostão de recurso público. A presidência é do Dr. Joel, que também é o Presidente do Sindicato dos Administradores do Distrito Federal. Então, quero cumprimentar o G15 pelos 5 anos de existência, em que faz um trabalho proativo na nossa sociedade, um trabalho de competência. Eu não tive condições de estar presente na reunião de segunda-feira, porque eu estava com problema em casa, mas quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Dr. Joel.

Eu quero cumprimentar também o Cleber Pires pela instalação do impostômetro. A Deputada Eliana Pedrosa esteve presente no dia. A Associação Comercial faz um trabalho transparente, de alocar quanto recurso hoje o governo federal e o governo local arrecadam de tributos, isso para dar uma noção à população do que é investimento feito pelo governo federal e pelo governo local. Parabenizo essas iniciativas também.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares. Eu vou pedir o máximo de objetividade aos Srs. Deputados, pois temos o *quorum* de 16 Parlamentares para apreciarmos a Pelo e as homologações.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que faça a leitura de dois requerimentos de minha autoria para sessão solene, e os coloque na Ordem do Dia, se possível. Inclusive, uma é hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência acolhe a solicitação de V.Exa. e inclui os requerimentos na Ordem do Dia.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para não usar os Comunicados de Parlamentares e votarmos aqueles temas tão importantes que o Colégio de Líderes elencou, eu queria aqui me reportar com especial homenagem à Mesa Diretora, na pessoa de V.Exa. Estou me referindo à

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental sustentada por esta Casa, subscrita por V.Exa., pelo Deputado Agaciel Maia e pelo Deputado Prof. Israel Batista junto ao Supremo Tribunal Federal, para garantir a nossa emenda do voto aberto, do voto ostensivo. A Mesa Diretora está de parabéns, assim como a Casa toda. Nós somos pioneiros no Brasil. Eu queria que ficasse registrado esse júbilo em ata.

Eu acho que este é o momento, inclusive, para nós debatermos outro tema, aquele já outras vezes tocado pelo Deputado Agaciel Maia, que precisamos preparar a Procuradoria para defender os instrumentos legislativos que aprovamos nesta Casa. Nós precisamos preparar, se for o caso, ou a Presidência ou uma das secretarias, para se responsabilizar pela ação da Procuradoria, de maneira que esta esteja sempre nas instâncias as mais diversas, defendendo o que esta Casa tem feito em matéria legislativa que é exemplo para o Brasil, Sr. Presidente.

É o seguinte o documento referente à arguição:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Presidência
Procuradoria-Geral

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A MESA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, devidamente representada por seus membros abaixo assinados (cf. ata em anexo), bem como por seus procuradores legislativos, vem, respeitosamente, à presença de V. Exª., com fulcro no permissivo inscrito no art. 102, § 1º, da Constituição Federal, e nos preceitos da Lei nº 9.882/1999, propor a presente

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO

DE PRECEITO FUNDAMENTAL

em face do art. 63, § 2.º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, com a redação conferida pela Emeda à Lei Orgânica nº 47, de 2006, que dispõe que nos casos dos incisos I, II [decoro parlamentar] e VI, a perda do mandato será decidida por maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa, em **votação ostensiva**, mediante provocação da Mesa Diretora ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa, pelos fundamentos jurídicos a seguir expostos.

1. A presente *arguição de descumprimento de preceito fundamental* volta-se à afirmação de validade da norma inscrita no art. 63, § 2.º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, com a redação conferida

pela Emeda à Lei Orgânica nº 47, de 2006, que consagra a **votação ostensiva** em Plenário para a decisão de processo de perda de mandato parlamentar por quebra de decoro.

2. Vejamos, portanto, o que dispõe o conjunto normativo estabelecido no artigo 63 da Lei Orgânica, que trata da perda de mandato parlamentar na Câmara Legislativa do Distrito Federal:

> Art. 63. Perderá o mandato o Deputado Distrital:
> I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
> II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
> III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo licença ou missão autorizada pela Câmara Legislativa;
> IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
> V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;
> VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;
> VII – que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou improbidade administrativa.
> § 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado Distrital ou a percepção de vantagens indevidas.
> **§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida por maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa, em votação ostensiva, mediante provocação da Mesa Diretora ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa. (Parágrafo com a redação da Emenda à Lei Orgânica nº 47, de 2006.)**[1]
> § 3º Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa Diretora, de ofício ou mediante

[1] **Texto original:** *§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida por maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa, em votação secreta, mediante provocação da Mesa Diretora ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.*

27. Deveras, estes, também a nosso sentir, os fundamentos para a presente arguição de descumprimento do preceito fundamental consolidado no art. 63, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, ora requerida e juridicamente necessária à vista das declarações incidentais de inconstitucionalidade do referido dispositivo, segundo decisões recentemente proferidas pelo E. TJDFT (Processos nº 2010.00.2.009280-7 e 2013.00.2.021955-4), configuradoras de controvérsia judicial relevante a ser solucionada pelo Eg. STF.

28. Com efeito, a opção pela **votação ostensiva** para cassação de mandato parlamentar, consoante exercitada pela Lei Orgânica do Distrito Federal, é a que melhor consulta aos princípios federativo e democrático, porquanto prestigia a autonomia do ente federado, ao tempo em que empresta efetividade à transparência e à publicidade, pilares do Estado Democrático de Direito.

DOS PEDIDOS

29. Ante o exposto, obsecram os ora requerentes digne-se V. Exª., colhidas as informações necessárias, seja ouvido o i. Advogado-Geral da União e o d. Procurador-Geral da República, para, ao final, julgar procedente a presente arguição de descumprimento de preceito fundamental, solucionando a controvérsia judicial relevante ao efeito de declarar a constitucionalidade do art. 63, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, segundo a redação conferida pela Emenda à Lei Orgânica nº 47/2006.

Brasília-DF, 05 de novembro de 2013.

Deputado WASNY DE ROURE
Presidente

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Presidência
Procuradoria-Geral

Deputado AGACIEL MAIA
Vice-Presidente

Deputada ELIANA PEDROSA
1ª Secretária

Deputado ISRAEL BATISTA
2º Secretário

Deputado AYLTON GOMES
3º Secretário

Luis Eduardo Matos Toniol
Procurador-Geral Substituto
OAB-DF 13.233

José Peixoto Guimarães Neto
Procurador Legislativo
OAB-DF 14.746

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado pelas referências que V.Exa. faz ao trabalho da Mesa Diretora.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a inclusão na Ordem do Dia do PL nº 1.340, de 2013 – ele já passou em todas as comissões –, se possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Ele está na pauta?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Não. É só a inclusão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Mesa defere a solicitação de V.Exa.

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens nºs 1 a 74, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e os itens extrapautas. (Pausa.)

Pelo silêncio, entendo que há acordo. O *quorum* de 16 Deputados caiu. Apreciaremos o item nº 75.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o item nº 75 é de minha autoria, e eu gostaria que a votação em segundo turno ainda fosse aguardada e ele não fosse votado hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Acolho o pedido pela retirada do item nº 75.

Item nº 76:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.610, de 2010, do Deputado Chico Leite, que "acrescenta dispositivo à Lei Federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências".

Aprovado em primeiro turno. Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.610, de 2010, do Deputado Chico Leite, que "acrescenta dispositivo à Lei Federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 77:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.188, de 2012, da Deputada Celina Leão, que "institui o Dia do Doador de Medula Óssea e inclui a data no calendário oficial de eventos do Distrito Federal".

Aprovado em primeiro turno. Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.188, de 2012, da Deputada Celina Leão, que "institui o Dia do Doador de Medula Óssea e inclui a data no calendário oficial de eventos do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 78:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.262, de 2012, do Deputado Cláudio Abrantes, em que "fica incluído no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Mês da Fotografia".

Aprovado em primeiro turno. Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que estamos sem *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Secretário acabou de confirmar comigo: há 13 Deputados.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.262, de 2012, do Deputado Cláudio Abrantes, em que "fica incluído no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Mês da Fotografia".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 79:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.267, de 2012, do Deputado Aylton Gomes, em que "fica instituído e incluído no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia Distrital da Educação e da Sustentabilidade Ambiental, no âmbito do Distrito Federal".

Esta Presidência está sendo informada que nós temos 12 Parlamentares. Não há *quorum* para deliberação.

Vou solicitar a chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum.* Caso contrário, teremos que cancelar a nossa sessão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só quero pedir para incluir na pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 1.067, de 2012, que "inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a ExpoBrasília Cristã".

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada, é para ser apreciado hoje? Na pauta da próxima sessão. Peço que o encaminhe para a Mesa, por gentileza.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a algum Deputado que estiver no gabinete para vir votar, pois precisamos apreciar, no dia de hoje, o Projeto de Lei nº 1.716, que trata de uma suplementação orçamentária para pagar o salário da saúde. Então, pelo

menos esse projeto precisa ser votado hoje, para não haver prejuízo ao pagamento dos salários dos trabalhadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Sra. Deputada, este Presidente está seguindo o que foi acordado no Colégio de Líderes. Nós temos uma pauta. Se agora o Parlamentar, por um acaso, não vota e prejudica o trabalhador de receber o salário, naturalmente isso vem trazer prejuízo a toda sociedade.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse incluído para votação o requerimento de minha autoria que requer a realização de sessão solene em homenagem ao aniversário da Região Administrativa do Cruzeiro, que será amanhã, às 10h, na Aruc.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Sr. Deputado, será apreciado se tivermos *quorum*.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.267, de 2012, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.267, de 2012, do Deputado Aylton Gomes, em que "fica instituído e incluído no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia Distrital da Educação e da Sustentabilidade Ambiental, no âmbito do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 80:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.145, de 2012, da Deputada Eliana Pedrosa, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 966, de 6 de dezembro de 1995, que cria, no âmbito da Secretaria de Saúde, o sistema de informação de medicamentos do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.145, de 2012, da Deputada Eliana Pedrosa, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 966, de 6 de dezembro de 1995, que cria, no âmbito da Secretaria de Saúde, o sistema de informação de medicamentos do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 81:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.407, de 2013, da Deputada Eliana Pedrosa, que "dispõe sobre a semana de valorização de relacionamentos saudáveis nas unidades da rede pública de ensino do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Com mais um Parlamentar, nós poderemos apreciar as matérias de PELO, como também as de homologação de ICMS.

Solicito aos colegas Parlamentares que se encontram nos gabinetes que atendam ao apelo do Presidente, para que possamos apreciar matérias de interesse da sociedade do Distrito Federal.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu até falei para a nobre Líder que talvez não obtivesse o êxito que tive na semana passada. S.Exa. disse: "Peça isso a S.Exa., pois eu já pedi e S.Exa. falou não". Portanto, solicito a V.Exa. que vote o item nº 3, porque é questão salarial. S.Exa. está tremendo de medo de perder o *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado, esta Presidência tem toda disposição, mas para votarmos esse projeto, nós teremos que encerrar esta sessão, entrar no segundo turno e... Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Passaremos à apreciação do item nº 3, extrapauta. Naturalmente, os colegas presentes têm uma força gigantesca, porque estão ajudando a viabilizar essas questões que são vitais para a cidade e para o servidor público.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final do Projeto de Lei nº 1.407, de 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.407, de 2013, da Deputada Eliana Pedrosa, que "dispõe sobre a semana de valorização de relacionamentos saudáveis nas unidades da rede pública de ensino do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.716, de 2013, do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 26.500.000, 00 (vinte e seis milhões e quinhentos mil reais)".

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi, durante a leitura do item, Projeto de Lei nº 1.116. Aqui na pauta está escrito Projeto de Lei nº 1.716.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Repetindo:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.716, de 2013, do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 26.500.000, 00 (vinte e seis milhões e quinhentos mil reais)".

Tramitação concluída. Apresentadas cinco emendas de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.641, de 2013, do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que 'dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências'".

Aprovados pareceres na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e na Comissão de Constituição e Justiça com emendas. A Comissão de Assuntos Sociais deverá se manifestar sobre o projeto e as Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6 e 7.

Solicito à Relatora, Deputada Celina Leão, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.641, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei n° 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que 'dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional

interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências'".

O parecer é pela aprovação do projeto e das emendas. A Emenda n° 1 foi retirada; a Emenda n° 2, da Deputada Eliana Pedrosa, foi acatada; a Emenda n° 3, da Deputada Arlete Sampaio e do Deputado Wasny de Roure, houve acordo para ser rejeitada; a Subemenda n° 04... (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Tendo em vista que os colegas estão ainda discutindo as emendas, nós vamos chamar o próximo item extrapauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.716, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 26.500.000,00 (vinte e seis milhões e quinhentos mil reais)".

Foram apresentadas cinco emendas de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.716, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 26.500.000,00 (vinte e seis milhões e quinhentos mil reais)".

Foram apresentadas, Sr. Presidente, cinco emendas de plenário. Nosso voto é pelo acatamento e aprovação das cinco emendas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF sobre as emendas está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.716, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 238, de 2013, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "altera a cláusula sétima do Convênio ICMS 153/04, que 'autoriza as unidades federadas a concederem benefícios fiscais na modalidade redução de base de cálculo do ICMS'".

Aprovado na CEOF, a CCJ deverá se manifestar sobre o projeto de decreto legislativo.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em virtude da urgência, definida assim no Colégio de Líderes, nós vamos falar a respeito em plenário. Interessante dizer da superação do Colégio de Líderes. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo n° 238, de 2013, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "altera a cláusula sétima do Convênio ICMS 153/04, que 'autoriza as unidades federadas a concederem benefícios fiscais na modalidade redução de base de cálculo do ICMS'".

Esse projeto versa exatamente de matéria de competência da Câmara e aprova, na forma de homologação, convênio ICMS. É assim que diz que é de nossa competência a Constituição e a Lei Orgânica.

De maneira que não há nenhum óbice à admissibilidade do presente decreto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Esse item não havia sido acordado na reunião de Líderes. Nós nem sequer tivemos a oportunidade de...

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada, eu tinha entendido que sim, eu fui informado... Eu posso ter cometido alguma... Esse é um convênio de ICMS. Não há acordo de Líderes?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Desculpa, a Presidência encaminhou entendendo que havia acordo de Líderes. Se não há acordo de Líderes, está retirado da pauta da Ordem do Dia.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.641, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei n° 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que 'dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências'".

Aprovado o parecer da CEOF. A CCJ aprovou com emendas. A CAS deverá se manifestar sobre o projeto e as Emendas n°s 1, 2, 4, 5, 6 e 7.

Solicito à Relatora, Deputada Celina Leão, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais às emendas e ao Projeto de Lei nº 1.641, de 2013, do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que 'dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências'".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do projeto com as emendas, da seguinte forma: a Emenda Aditiva nº 3, de autoria da Deputada Arlete Sampaio e do Deputado Wasny de Roure, foi rejeitada a pedido dos autores; a Emenda Modificativa nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, acatada na forma da Subemenda nº 10; a Emenda Modificativa nº 2, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, acatada; a Subemenda Modificativa nº 4, da Comissão de Constituição e Justiça, foi retirada a pedido da própria autora, que reapresentou uma subemenda; a Emenda Modificativa nº 6, de autoria do Deputado Aylton Gomes, acatada; a Emenda Aditiva nº 7, de autoria do Deputado Robério Negreiros, acatada; a Emenda Supressiva nº 8, de autoria da Deputada Celina Leão, acatada; a Emenda Aditiva nº 9, de autoria da Deputada Celina Leão, acatada; a Subemenda Modificativa de Plenário nº 10, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, acatada.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria dizer que sabemos da necessidade que as redes públicas de saúde têm do contrato emergencial, para o atendimento rápido. Mas temos uma grande preocupação em abrir as porteiras para as terceirizações. Então, parabenizo a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Robério Negreiros, o Deputado Aylton Gomes e o nosso gabinete pela elaboração dessas emendas. Agradeço também ao Secretário Willemann, que as limitou, Deputado Wellington Luiz, para podermos atender o emergencial. Não podemos atender de forma continuada o emergencial, que deve possuir um projeto específico; o continuado é com o servidor efetivo, que é o de carreira. Nossas emendas garantiram a aprovação do projeto nesses termos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas ao Projeto de Lei nº 1.641, de 2013, do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que 'dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências'".

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é pela aprovação das emendas aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.641, de 2013, do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que 'dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências'".

Sr. Presidente, somos pela admissibilidade das emendas de plenário na forma com que foram apresentadas pela Comissão de Assuntos Sociais.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer às emendas está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.641, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 81, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 292, de 2 de junho de 2000, que 'dispõe sobre condições para instituição e funcionamento de fundos, regulamentando, em parte, o § 12 do art. 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências'".

Tramitação concluída com emendas. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre as emendas.

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as Emendas nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei Complementar nº 81, de 2013.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 81, de 2013, que "altera a Lei Complementar nº 292, de 2 de junho de 2000, que 'dispõe sobre condições para instituição e funcionamento de fundos, regulamentando, em parte, o § 12 do art. 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências'".

Sr. Presidente, foram apresentadas duas emendas na Comissão de Constituição e Justiça, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, das quais, no parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pelo acatamento e aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eliana Pedrosa para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Emenda nº 3, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Solicito à Relatora, Deputada Eliana Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à emenda apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 81, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 292, de 2 de junho de 2000, que 'dispõe sobre condições para instituição e funcionamento de

fundos, regulamentando, em parte, o § 12 do art. 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências'".

Sr. Presidente, o projeto já havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça e, portanto, preenchido todos os requisitos de legalidade e constitucionalidade. Recebeu a Emenda nº 3, modificativa, do relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que também se encontra de acordo com todos os dispositivos legais.

Portanto, diante do exposto, votamos pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 81, de 2013, no âmbito desta comissão, com aprovação da emenda modificativa apresentada pelo relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, incorporada ao processo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu pediria uma conferência de *quorum,* por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Sra. Deputada, faremos a votação nominal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 26/11/2013

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL EM / /2013

☐PARECER ☐ORAL ☐REJEIÇÃO PROJETO ☐FAVORÁVEL PROJETO ☐COM EMENDA(S) ☐ANEXO
☐ PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO _____ PARA O CARGO DE _____
☐CCJ ☐CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CES ☐CSEG ☐CDESCTMAT ☐M.DIR. ☐COM.ESP.
☐PROCESSO Nº _____
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☒PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 81/13
☐PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐RECURSO Nº (S) _____
☐REQUERIMENTO Nº (S) _____
☐OUTROS _____
☐VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____
Autor: Deputado(a): _____ ☒ Executivo
Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PDT				X		
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT				X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X			X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		15			09		

*P/S PRESIDENTE/SECRETÁRIO (Art. 109 parágrafo 3º do RI)

15 9

SECRETÁRIO DEP. Agaciel Maia

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA _____ MAT. 13p1

ASSP/ _____ Nº _____ / __

FOLHA Nº _____

1

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Solicito aos Srs. Deputados que observem os requerimentos e as moções, caso tenham interesse em que sejam votados no dia de hoje. Já votamos os cinco itens.

Quero fazer uma consulta aos Srs. Líderes: podemos encerrar o primeiro turno e irmos direto ao segundo turno, devido à necessidade de alguns Parlamentares que estão prestigiando a sessão terem de se deslocar para Planaltina? (Pausa.) Vou, então, encerrar o primeiro turno. Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 1.716, de 2013, Projeto de Lei nº 1.641, de 2013 e o Projeto de Lei Complementar nº 81, de 2013.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se após esta.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h36min.)